

As razões de Sarney

- 4 SET 1987

PEDRO DO COUTTO



O presidente Sarney condenou frontalmente a idéia de se implantar no País o sistema parlamentarista de governo e alinhou uma série de razões, todas procedentes, contra a espantosa iniciativa — para dizer o mínimo —, cujo objetivo real não é melhorar coisa alguma, incentivar o desenvolvimento econômico ou implantar maior justiça social, mas sim estabelecer uma forma ainda mais ampla de divisão do poder político com a transferência de substancial parcela para os partidos e o Congresso Nacional. O senador Afonso Arinos, apesar de sua experiência e extraordinária presença na Constituinte, está se deixando levar pela onda. A divisão de poder já existe em grande parte envolvendo o Presidente da República e o PMDB, agora "o maior partido do Ocidente", que na Oposição era reformista, mas no Governo tornou-se conservador. A agremiação não luta mais por reforma alguma. Só trata de assuntos pertinentes à ocupação de cargos. E isso não resolve os problemas nacionais. Mas esta é outra questão.

Há pouco disse que o presidente Sarney reuniu uma série de argumentos contra o parlamentarismo, acentuando especialmente que se trata de um regime no qual o chefe de Governo (primeiro-ministro) não é eleito pelo povo. Perfeito. Em segundo lugar frisou que não há no Brasil uma estrutura administrativa capaz de resistir a mudanças sucessivas de Gabinete, o que infalivelmente ocorreria em decorrência da aprovação de votos de desconfiança, peculiares ao sistema parlamentar. Mas o Pre-

sidente poderia ter apresentado uma série de outras razões, tão fortes ou mais quanto estas.

Para início de conversa, teria sido importante se lembrasse a todos que no dia 6 de janeiro de 1963, por noventa por cento dos votos, o eleitorado brasileiro rejeitou maciçamente o parlamentarismo, restabelecendo o sistema presidencial no qual João Goulart deveria ter sido investido no Governo, em 1961, logo após a catastrófica renúncia de Jânio Quadros. Se agora os senadores e deputados desejarem saber como pensa o povo brasileiro a respeito do tema, podem, naturalmente, compulsar os números que estão arquivados no Tribunal Superior Eleitoral; ou se desejarem, condicionar a um plebiscito a escolha quanto à forma do regime e de governo. O presidente José Sarney poderia ter lembrado, também, que o parlamentarismo é um sistema

muito mais peculiar a países unicamerais, ou seja, aqueles que possuem apenas uma casa legislativa, e não duas — Senado e Câmara —, como é o caso do Brasil. Poderia, ainda, ter ressaltado que no parlamentarismo à brasileira certamente não figura nas cogitações partidárias colocar no texto da Carta a possibilidade de o Presidente da República dissolver o Parlamento, como ocorre na Inglaterra, por exemplo, e convocar eleições gerais para três semanas à frente. **A l é m d i s s o ,** o parlamentarismo à brasileira, que não cogita do imprescindível voto distrital para sua instituição, propõe-se a excluir os ministros militares da possibilidade de sofrerem votos de desconfiança. Ora, só esse aspecto já desmoraliza a iniciativa.

O parlamentarismo não é remédio contra crises. Ao contrário. Foi o regime parlamentar que indiretamente

levou à maior tragédia da humanidade, de todos os tempos. Possibilitou, em 1933, na Alemanha, a chegada ao poder de Hitler, poucos meses após ter sido derrotado nas urnas por Hindenburg, num pleito em que teve apenas um terço dos votos. O livro *Ascensão e Queda do III Reich*, do jornalista norte-americano William Schirer, magnífica obra sobre o assunto, deixa isso claríssimo. Hindenburg no início daquele que seria seu último mandato adoeceu, adotou o parlamentarismo, estilo alemão, dividiu o poder com o nacional-socialismo e entregou o cargo de primeiro-ministro, dentro de uma política de coalizão, a Adolf Hitler. Foi o período mais torpe, mais covarde e mais imundo que a humanidade conheceu. Na Itália, foi o parlamentarismo que permitiu o ingresso de Mussolini no governo. Na França do pós-guerra, parlamentarista, as crises se sucediam com as quedas dos gabinetes de Mendes-France e Coty, e o país se deteriorava com as guerras da Indochina e da Argélia. Foi o presidencialismo de De Gaulle que restaurou a dignidade nacional e recuperou para a França o lugar de destaque que hoje ocupa.

No Brasil, Sarney tem razão, o parlamentarismo seria uma brincadeira. Não haveria cargos que chegassem, tampouco obras públicas a serem contratadas ou encomendas a fornecedores. A cada negativa a um favor a ameaça da derrubada de um gabinete. O caminho para o desenvolvimento político, econômico e social do País não é esse. As soluções são outras.